

CRÍTICA LITERÁRIA

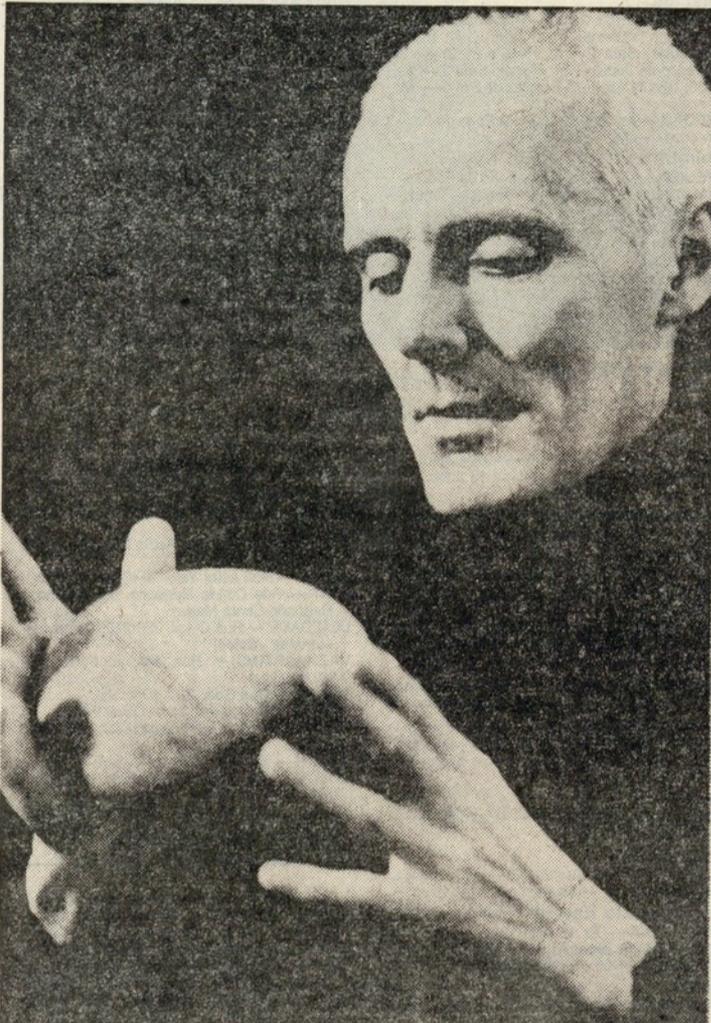
A ancestralidade da nossa prosa narrativa

Uma perspectiva do nosso pendor para descrever o que os olhos viam ou percebiam os nossos sentidos e a nossa consciência interior. O que revela termos sido muito mais fadados para falar do que não existe, do que para nos ocuparmos do homem que somos e das suas paixões

João Gáspar Símões

As obras se publicaram este ano em Portugal que nos merecem particular atenção. Pelos seus méritos próprios? Desprezando o que representam na história da formação e evolução de um género literário — o género narrativo —, onde tivemos o mais importante papel, embora papel tão amargo que ainda hoje não conseguimos esquecer se tal género — o género narrativo em prosa — representa alguma coisa original nas letras nacionais.

Por um lado a reunião, num volume de cerca de 100 páginas, de uma selecção de textos arcaicos extraídos dos *Livros de Linhagens*, particularmente daquele que teve o significado de história da nossa cultura — o *Livro de Linhagens do Rei D. Pedro* —, obra organizada por António Matoso e publicada pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda, o qual recebeu o título de *Narrativas dos Livros de Linhagens*, obra a que podemos adicionar o trabalho do poeta Mário Cesariny, sob a mesma designação de *Horta de Literatura de Cordel* (Assírio e Alvim), colecção de textos afins, isto é, de textos em prosa e verso onde o carácter narrativo prepondera, todos eles mais ou menos anónimos, e de alguma maneira inscritos na tradição oral. Cesariny, poeta surrealista, trouxe à brasa a sua sardinha, e explorou como era de esperar do seu espírito o mesmo tempo original e impertinente, numa «horta» de narrativas de cordel, e, inclusivamente, faz caber *O Romance de Amadis*, na versão em prosa, de Alice Vieira (diria melhor, adaptação, não se trata senão de uma versão adaptada do texto castelhano, o único conhecido dessa obra supostamente de origem portuguesa), esse romance ou novela de cavalaria que no «grande escuro» a que procedem o barbeiro e o cura da biblioteca de Alonso Quijano, no capítulo de *D. Quijote*, é o único poupado à crítica e que são condenados todos os demais livros de cavalaria existentes na nossa livraria do Cavaleiro de la Mancha. Saborosíssima antologia de novelas, sátiras, romances populares, páginas narrativas arcaicas — não falta lá a *Primeira Lamentação dos Marinheiros*, que nos *Livros de Linhagens*, transcrita por Herculano no *Portugaliae Monumenta Historica*, obra onde, de resto, Matoso vai trazer a maior parte dos textos das suas *Narrativas dos Livros de Linhagens*, para a qual nos é permitido pensar que, no século XII a prosa portuguesa teve as mais prodigiosas empresas de adaptar ao teor narrativo que viria a ser o único género narrativo arcaico em nós, Portugueses, segundo todas as probabilidades, fomos os primeiros a utilizar-nos na Península Ibérica. Por singular que pareça, o culto do chamado romance de cavalaria, de que porventura seremos os pais putativos na Ibéria, vez que não desistimos de atribuir Lobeiras a paternidade do referido *Amadis de Gaula*, obra que data do século XIV (em 1379 já corria em Espanha *Amadis* castelhano), manteve-se em Portugal até ao século XVIII! E o texto referido a luz por Palma-Ferreira, intitulado *Crónica do Imperador Maximiliano*, pertence ao terceiro grupo de manuscritos anónimos em número e anónimos na maior parte — que continuam a dar impressão nas prateleiras das bibliotecas e arquivos. Ora esse texto vem na sequência de outros, e, alguns deles filiados no *Amadis*, e no *Palmeirim de Inglaterra*, do manuscrito de Moraes, confirma a importância da prosa nacional, tanto quanto moderna, para o descritivo e não existe o que, existindo, apenas se encontra fora do plano de uma realidade qualquer outra literatura viria a ser no certo onde os grandes escritores envolveram as suas mais poderosas capacidades: o plano da realidade humana. Eficacíssimo há muito, num trabalho modestamente, quisemos estudar a



Mário Cesariny, na «Horta da Literatura de Cordel», embora chamando a brasa à sua sardinha, coligiu textos de prosa e verso, geralmente anónimos, onde o carácter narrativo prepondera

formação e evolução de um género que tem a prosa narrativa por substância primeira, verificámos que dois caminhos se abriram, desde o século XIV, a essa mesma prosa: o caminho do irreal e o caminho do real, sendo aquele caminho, o do irreal, que nos proporcionou maior antiguidade e mais legítima prestança. A nós, Portugueses, pertence, segundo todas as probabilidades, a primeira tradução de um texto arturiano, ou da chamada *matière de Bretagne*, que correu na Península Ibérica. E esse texto, ao contrário, afinal, do próprio *Amadis*, onde, não obstante o seu plano irrealista, já se prevê algo do que virá a ser o chamado romance moderno, é em si mesmo a prova real de que a nossa prosa desde sempre se mostrou mais inclinada para descrever o que não existe do que para descrever o que faz parte do património comum da humanidade. Eis, talvez, por que sendo nós, de facto, autores do *Palmeirim de Inglaterra*, em nada ou em muito pouco esse *Palmeirim de Inglaterra* concorreu para que a novelística de cavalaria peninsular representasse na Europa culta o papel que nela representou *Amadis*. É o *Amadis*, de facto, não o *Palmeirim*, que as literaturas europeias adoptam e com tão clara preferência que nele há que basear os origens do romance cultivado a partir dos séculos XVII e XVIII — a partir de Cervantes e de Defoe —, isto é, a partir dos obreiros daquilo que viria a chamar-se, nos tempos modernos, romance ou literatura de ficção. O outro caminho, o plano do irreal, deixou-nos para trás. E tão para trás ficamos que ainda no século XVIII — na idade dos primeiros grandes ficcionistas do real — continuávamos a escrever romances de cavalaria, ficções do irreal!

Sem dúvida que o autor anónimo desta *Crónica do Imperador Maximiliano* conhecia o mais antigo romance de autor, no capítulo cavalariano, das nossas letras — a *Crónica do Imperador Clarimundo*, como aliás, o reconhece Palma-Ferreira, obra original do cronista João de Barros, o qual, por desfastio, e meu desfastio a

escrever, com pouco mais de vinte anos, apenas em oito meses, e quase exclusivamente para adestrar a mão que viria a «empregar na história de Portugal, e principalmente na conquista do Oriente», como se lê na carta por ele escrita a D. Manuel, apresentando-lhe o texto que, depois, viria a menosprezar.

Quer dizer: desde o século XIV que a língua vernácula portuguesa se preparava para alguma coisa que nunca chegaria a servir com o valor com que serviu outros géneros, por exemplo o da história ou da crónica. E se a leitura destes textos arcaicos agora dados à estampa — reportagem, sobretudo, aos que figuram nas *Narrativas dos Livros de Linhagens* — nos merecem carinho muito particular é pelo que neles, graças à sua leitura, nos leva a pensar quão pouco a nossa prosa desde sempre se mostrou afeiçãoada a descrever o que os olhos viam ou o que percebiam os nossos sentidos e a nossa consciência interior, olhos e sentidos todos voltados para o irreal, o sobrenatural, o imaginário, imaginário do plano lírico, não do plano objectivo, prova de que tudo o que posteriormente ocorreu nos anais das letras de ficção pátria teria ficado marcado por essa propensão ancestral.

Bem digna de meditação a leitura destes vários curiosos textos, sem dúvida alguma meritórios, meritórios não só em si mesmos, mas ainda muito mais meritórios naquilo em que os mesmos textos, sejam os mais arcaicos sejam os mais modernos — o caso da *Crónica do Imperador Maximiliano* —, nos proporcionam enquanto perspectiva ainda hoje muito valiosa acerca dos lados negativos da nossa prosificação da linguagem. Afinal parece termos sido muito mais fadados para falar do que não existe do que para falar do que existe, isto é, para falar do homem que somos, desse homem de que muito a gosto nos esquecemos escrevendo prosa, prosa de ficção, a prosa rigorosamente destinada a falar do homem: do homem e das suas paixões.

LIVROS & LIVROS

«Este Rei Que Escolhi»

de Alice Vieira

«E era maravilha ver tanto esforço nos pequenos como cobardia nos grandes»

Fernão Lopes

António Valdemar

Nada mais difícil do que fazer literatura para crianças e para jovens, sobretudo quando se pretende recriar acontecimentos e personagens históricos.

Regra geral corre-se o risco de cair num certo tipo de exaltação nacionalista, num tom pedagógico e, quase sempre, numa linguagem difícil, cheia de expressões arcaicas, na suposição de que só assim se reconstitui o cenário de uma época e o perfil das figuras que nela se movem. Esta concepção, seguida por Herculano, nomeadamente, nas «Lendas e Narrativas» (que martirizaram sucessivas gerações de estudantes liceais) foi preconizada, em muitos dos seus aspectos negativos, nas adaptações de António Sérgio, da «História Trágico-Marítima»; de Aquilino Ribeiro, da «Peregrinação» e de Jaime Cortesão, na «Crónica do Condestável».

Sem cair na dissertação moral e patriótica e sem usar termos obsoletos que tornam a escrita, por vezes, inacessível aos próprios adultos, Alice Vieira procura recuperar da história tudo o que nela é vivo e merece ser lembrado, para melhor compreender o presente e projectar o futuro. Com notável clareza e simplicidade e um sentido de efabulação dinâmica fez na «Espada do Rei Afonso» um autêntico livro de aventuras de três irmãos que se vêem transportados centenas de anos atrás, ora na procura de Geraldo Galdes pelos campos do Alentejo, ora quando D. Afonso Henriques dá uma conferência de imprensa logo a seguir à tomada de Lisboa aos Mouros.

Presentemente com «Este Rei Que Eu Escolhi» prossegue a aventura dos três irmãos, no transcurso da história de Portugal, no caso concreto durante a crise política de 1383. Todavia junta-se a eles a prima Leocádia, uma velha senhora excêntrica — que tem a força de um símbolo — e que ao sentir-se arrastada pela convulsão social acaba por exercer papel preponderante na voragem revolucionária.

Perante a morte de D. Fernando e a iminência de ascender ao trono D. João de Castela, a cidade exclama na sua *Primeira Lamentação*: «Sou Lisboa, cidade velha de muitos séculos. Já tive muitos nomes e muitos donos. Sobre as pedras das minhas ruas, muito sangue já vi derramado. De amigos e de inimigos. E era sempre vermeho e igual. Já vi ruir as minhas casas vezes sem conto. E sempre elas se voltaram a erguer. Já sofri muitos cercos, fui queimada, saqueada, traída e sempre os homens e as mulheres correram pelas minhas ruas, gritando como hoje.

«Sou Lisboa, cidade com nome de mulher, de súbito odiada por outra mulher que me deseja morta, espezinhada, para que ela desça o seu cutelo sobre as nossas cabeças. Leonor, rainha por loucura de um rei e por ambição sua. Leonor, rainha desprezada destes homens e destas mulheres que agora correm pelas minhas ruas clamando justiça.»

O excerto que citamos de uma das três *Lamentações da Cidade* integradas no contexto da narração dá, finalmente, lugar ao *Canto Único de Regozijo de Lisboa*, em face do desfecho da crise em que, fundamentalmente, a «arraia miúda» restituiu a liberdade e a independência, ou, como pretende Alice Vieira, «o sabor da palavra Portugal, agora dita com força diferente em nossas bocas». «Sem o querer, o inimigo», observa noutro passo, «ensinou-nos: somos uma nação, somos homens e mulheres livres.» Contudo, não deixa de advertir «o inimigo está vencido, apenas isso. Quero eu dizer, gente minha: o inimigo está vivo».

A técnica da acção e da escrita que Alice Vieira adoptou, mais uma vez, em *Este Rei Que Escolhi*, insere-se, aliás, na linha de outras obras da sua autoria, desde *Rosa, Minha Irmã Rosa* — seu primeiro êxito, distinguido, aliás, com o Prémio Literatura Infantil «Ano Internacional da Criança» — e, sobretudo, a trilogia *Lote 12-2 Frente e Chocolate à Chuva*, onde soube tocar os interesses imediatos da criança e do jovem, desvendando-lhes o mundo do quotidiano com o mundo do maravilhoso.

Ao conciliar o real e o imaginário, a verdade e a poesia, Alice Vieira não deixou, no entanto, de manter o respeito pelos factos, pelos personagens e pela evolução dos acontecimentos. Como se verifica neste conto e canto da crise de 1383 em que perpassa, a cada instante, o testemunho da crónica de Fernão Lopes, renovada com sensibilidade e inteligência, ao relatar o estado de espírito do povo, a sua movimentação, a consciência que assumiu e que determinou a resistência popular organizada contra a grande aristocracia que se ligou a Castela, sem pejo de sacrificar o destino do País. A arte de contar e o ofício de escrever de Alice Vieira transformam-na, no panorama da literatura infantil, num moderno entre os clássicos e, também, num clássico entre os modernos.

